

Desenvolvimento local e processos de educação formal e não formal – relações realçadas pela avaliação de projectos

Manuela Terrasêca
Alexandra Sá Costa
João Caramelo

Abstract

With this paper we intend to reflect on the articulation between educational intervention and local development processes. This reflection is based in three evaluations of intervention projects developed by the authors. Therefore we'll: i) discuss the articulation between formal and non-formal educational strategies and local development; ii) characterise sociocultural methodologies of community intervention; iii) appreciate how educational intervention can contribute to emphasize local development strategies.

The presentation and discussion of these dimensions will allow to argue about the importance of an educational intervention that articulating formal and non-formal educative strategies may promote local and community development dynamics.

Key Words: Local development, project evaluation, formal and non formal education

Introdução

A partir da realização de trabalhos de avaliação externa de três projectos (Terrasêca, M; Costa, A. S, 2005; Caramelo, J, 2004) propomo-nos reflectir sobre modos de articulação entre intervenção educativa e desenvolvimento local. Os projectos aqui considerados foram desenvolvidos na zona sul do país pelo ICE – Instituto das Comunidades Educativas – uma associação de utilidade pública sem fins lucrativos, que intervém em meio rural e peri-urbano – e incidiram, essencialmente, na qualificação profissional e na prevenção primária da toxicodependência de populações juvenis em situação de desemprego.

Estes estudos de avaliação permitem destacar modalidades de intervenção educativa que implícita ou explicitamente se articulam com dinâmicas de desenvolvimento local. É a partir destas avaliações, e do que elas ressaltaram, que nos propomos discutir a pertinência de uma intervenção educativa que articule estratégias de educação formal e não formal, enquanto contributos para o aprofundamento de dinâmicas de desenvolvimento local.

Dos projectos em avaliação à avaliação dos projectos

Os projectos avaliados, como já foi referido, decorreram sob a égide do ICE, uma associação de âmbito nacional que, desde 1992, tem vindo a desenvolver iniciativas e projectos de intervenção, promovendo o envolvimento de agentes diversos e o alicerçar de parcerias, revigorando relações de proximidade e perspectivando os diversos projectos de desenvolvimento como contributos para a recriação das comunidades, pelo "estabelecimento de redes de relações

densas e qualificantes dos indivíduos e das comunidades” (Correia, J. A; Caramelo, J, 1998). As linhas de força do ICE elegem “como objecto privilegiado de intervenção a comunidade local na perspectiva da sua afirmação e desenvolvimento”, trabalham “a dimensão educativa enquanto vertente de um desenvolvimento que só pode ser integrado e sistémico”, entendem “por dimensão educativa os níveis de educação formal, não formal e informal” (Sarmiento, M. J; Oliveira, J. M, 2005:115). O percurso desta associação tem vindo a consubstanciar-se numa intervenção em quatro níveis: a) criação de pólos de desenvolvimento que reconfigurem o local; b) re-animação de recursos que originem, ao nível das comunidades locais, bem-estar e qualidade de vida; c) estruturação de redes de cooperação que promovam a articulação interinstitucional; d) combate à exclusão social.

Dois dos projectos avaliados inscrevem-se no trabalho desenvolvido pela equipa do ICE no concelho da Moita. O sentido da intervenção do ICE é, neste contexto específico, norteado por alguns pressupostos e princípios orientadores que se procuram traduzir e explicitar a partir das ideias de:

- “Cidadania” como uma aposta na criação de sentido crítico e da vontade de produção de futuro”;
- Trabalho de parceria enquanto “aposta na negociação permanente”, articulação com diferentes sujeitos sociais e/ou institucionais”, “de forma flexível e numa geometria variável”;
- Formação como “oportunidade de questionamento da acção e de reconstrução do pensamento estratégico”;
- Alternativa procurando traduzir, no campo da intervenção, “formas diferentes de fazer” e “soluções que podem não emanar do sistema” (Plano de acção do ICE para o Concelho da Moita 2003/04, pp.2-3).

Ambos os projectos intervêm no domínio da prevenção primária da toxicodependência, ainda que, do ponto de vista da avaliação da sua intervenção, da abordagem globalizante das suas filosofias/modelos, das suas intenções/objectivos, bem como das acções desenvolvidas e da avaliação interna que realizam, se inscrevem assumidamente no campo mais abrangente da animação comunitária e do desenvolvimento local. Estes projectos enfatizam a dimensão social da educação e a dimensão educativa da intervenção social, como é sugerido, nas suas próprias palavras, procurando “produzir respostas educativas adequadas para situações sociais críticas que estão na base da exclusão” e apresentando-se como “estratégia de construção de um processo local e como resposta a uma situação de exclusão” (cf. Plano de acção do ICE para o Concelho da Moita 2003/04).

O projecto “Eu e os Outros” tinha como objectivo geral a articulação entre escolas, famílias e instituições locais e envolveu uma diversidade de parceiros institucionais, na expectativa de que o princípio da articulação de diversos actores sociais da comunidade potenciase naturalmente uma resposta integrada a partir da escola e dos seus intervenientes, numa lógica de intervenção sócio-educativa territorializada. Nesse sentido, parece-nos relevante destacar alguns dos princípios estruturantes da concepção de intervenção presente no projecto: a) valorização da especificidade do local; b) investimento na dimensão relacional/afectiva; c) recriação de uma identidade local

(cf. Relatório intermédio do projecto “Eu e os Outros”). Do ponto de vista da concretização destes princípios, o projecto desenvolveu, enquanto iniciativas próprias, um conjunto de acções tais como a Dinamização de espaços e tempos lectivos e extra-lectivos, Conversas em roda, Criação de grupos de pais, Ateliers de informação/formação, Intercâmbios escolares, Fórum de Associações, Actividades no Parque José Afonso ou ainda a Semana de Prevenção em Meio Escolar, tendo também participado em iniciativas que, sendo promovidas por entidades associadas ao projecto (neste caso, a Câmara Municipal da Moita e o ICE) transcenderam o seu âmbito restrito, destacando-se o envolvimento numa Feira de Projectos.

O projecto “Crescer Cool” propôs-se trabalhar fundamentalmente com adolescentes e jovens procurando “agir sobre os jovens em situação de abandono escolar, na perspectiva de os (trans)formar em cidadãos solidários com o território de pertença e em sujeitos de desenvolvimento” (cf. Projecto “Crescer Cool”). Tendo definido como potenciais participantes um grupo de alunos do ensino recorrente, houve necessidade de reequacionar quer o grupo com quem o projecto se desenvolveu, quer as acções promovidas, devido à alteração da vinculação dos jovens à escola e dos recursos disponibilizados para a intervenção, mas sobretudo em função da dinâmica de apropriação do projecto por parte dos jovens que redundou na concretização de actividades propostas por estes.

Alguns destes adolescentes e jovens eram potenciais destinatários de outros projectos presentes no mesmo espaço social (nomeadamente, o Programa Escolhas), tinham sido anteriormente alvo de medidas tutelares e sinalizados como “em risco” sendo que apenas alguns destes jovens – poucos – mantinham uma ligação ao sistema escolar. Da análise dos objectivos constantes do relatório final do projecto podemos inferir que a sua intervenção procurou incidir na transformação das relações dos jovens entre si e, especialmente, com a comunidade envolvente (território, instituições, actores sociais) no sentido do seu empoderamento e da consciencialização do seu papel como agentes de mudança, através do recurso a uma diversidade de metodologias características do campo da animação e, nas palavras do próprio projecto, “adoptando como regra a partilha de saberes e espaços em regime de igualdade de poderes”. Esta intervenção procurou “envolver as forças vivas e instituições da comunidade, os parceiros do projecto, e essencialmente a população alvo, na animação de novos espaços sociais reconstruídos” numa lógica de “(re) descoberta de relações comunitárias perdidas, tais como as relações entre o movimento associativo e a escola” (cf. Relatório final do Projecto “Crescer Cool”).

O terceiro projecto avaliado – o Projecto “Pró-Local – Formar Desenvolvendo” – surge na sequência de trabalhos que desde há diversos anos o ICE tem vindo a promover, no seio de uma intervenção local já enraizada e articulada entre si, na zona do litoral Alentejano. Este projecto é conceptualizado como uma intervenção de formação e de animação comunitária, no pressuposto de que “projectos assentes na problemática do local e construídos em interacção com a comunidade e os seus agentes educativos induzem um crescente envolvimento e mobilização destes e uma crescente co-responsabilização na construção de soluções sustentadas” (cf. Fundamentação do Projecto Pró Local – Formar Desenvolvendo”).

Os seus objectivos globais eram: “identificar e promover alternativas de desenvolvimento que recriem a vontade de futuro e dinâmicas de empowerment das comunidades, contribuindo para a construção de novas competitividades, a identificação de direitos e o exercício de cidadania no local; contribuir para a definição de uma política global de desenvolvimento educativo, social e

cultural criando condições de desenvolvimento pessoal e social” (idem).

A intervenção neste projecto foi pensada em torno de dois tipos de acções: as Acções Não-Formativas e as Acções Formativas. As primeiras tinham como destinatária a população das comunidades rurais. Estas acções estavam subordinadas a duas intenções, nomeadamente, a “Promoção da participação e da acção comunitária” e a “Melhoria das competências pessoais e sociais”, no pressuposto de que a intervenção será tanto mais eficaz quanto mais partilhada for pelos actores locais, por aqueles que, no local, identificam os seus problemas e são capazes de construir um conhecimento sobre eles e sobre modos de acção e de transformação social. As Acções Formativas, organizadas no sentido de possibilitarem, aos técnicos envolvidos no projecto, a reflexão sobre as suas práticas e sobre a acção desenvolvida, consistiram na organização de um curso de Animadores/Mediadores Comunitários para formação de técnicos de desenvolvimento que viriam a operacionalizar o projecto no terreno, e de seminários mensais para a promoção da Formação e Qualificação de Agentes de Desenvolvimento para técnicos do ICE e das instituições parceiras.

O que é de realçar é que, mais do que a coexistência no projecto destes dois tipos de acção – denominadas formativas e não formativas –, ambas com uma intencionalidade educativa mas definindo públicos distintos e formas de estruturação específicas, o que o projecto tem por intenção promover é a sua articulação, por referência à intervenção. Esta opção do projecto vai ao encontro de pressupostos defendidos pelo ICE no que respeita à articulação entre educação e desenvolvimento local, onde é central a ideia de que não pode ser vista enquanto uma “relação de causalidade linear, em que a qualificação (por via escolar) de recursos humanos constituiria um requisito prévio, necessário e suficiente, para desencadear processos de desenvolvimento.” (Canário, R, 1999: 64).

Os modos de avaliação

O ICE solicitou às equipas de avaliação dos projectos a realização de uma avaliação externa, induzido pelas suas obrigações face às entidades financiadoras. As avaliações produzidas, no entanto, não correspondem exactamente ao figurino habitualmente definido para a avaliação externa, ainda que possamos identificar alguns traços teórico-metodológicos que lhe são eminentemente próprios: i) são realizadas a pedido da entidade que desenvolve o trabalho educativo e de formação a nível local e que face às equipas de avaliação assume o papel de demandante e principal interlocutor na contratualização da avaliação a realizar; ii) os avaliadores não mantêm uma vinculação institucional ou funcional com a entidade promotora dos projectos em apreciação e o seu estatuto decorre do reconhecimento de competências académicas e profissionais no domínio da avaliação de projectos; iii) o trabalho avaliativo constrói-se essencialmente a partir de documentos escritos produzidos no âmbito da candidatura e no âmbito do desenvolvimento dos projectos.

No entanto, o trabalho destas equipas de avaliação não quis confinar-se exclusivamente aos traços acima apresentados procurando, ainda, dar conta das lógicas subjacentes às acções educativas desenvolvidas, problematizando o sentido dessas intervenções e interpretando os modos como elas ocorreram não como conjuntos de sucessos ou de lacunas, mas enquanto oportunidades de questionamento das práticas e das suas razões fundadoras. As avaliações produzidas incorporam explicitamente uma preocupação com a restituição dos sentidos dos

diferentes actores sobre a acção desenvolvida e em que foram envolvidos, contrapondo-se a uma lógica meramente “verificacionista” face a objectivos previa e exteriormente traçados no que respeita a esses projectos. Assim, as avaliações não prescindiram de se constituir em processo formativo, porque problematizador do modo como decorreram os projectos nos seus modos de implementação, e propiciador de aprendizagens estruturadoras dos sentidos de futuras intervenções. Estes trabalhos de avaliação, como pensamos ter ficado claro, assumiram intencionalmente não se vincular exclusivamente a modos de avaliação estritos e assumiram a sua hibridez como factor de enriquecimento: a incorporação de características que transcendem a avaliação externa, tais como a preocupação com a dimensão crítica e formativa e a procura de construção de um sentido para a acção avaliada e para a avaliação.

A reconhecida dificuldade em estabelecer um consenso teórico sobre a caracterização e fronteiras de alguns dos conceitos que estruturam o campo da avaliação (Terrasêca, M, 2002) está bem evidenciada nestes trabalhos de avaliação. Com efeito, a existência de uma avaliação que do ponto de vista formal se define como externa (o contrato estabelecido, o momento em que surge o pedido, os tempos disponíveis para a realização da avaliação, a constituição da equipa), mas que do ponto de vista funcional escapou às limitações deste registo, resultou numa hibridez que proporcionou às equipas de avaliação um espaço de autonomia permitindo-lhes transcender a injunção da encomenda e confrontando-as com a necessidade de construir um sentido para a avaliação que estava em realização (o que lhes permitiu perspectivar a avaliação enquanto uma relação de alteridade).

Dimensões privilegiadas na avaliação dos projectos

No sentido de nos adentrarmos nos projectos, o processo de avaliação iniciou-se com a exploração da documentação existente constituída por documentos com uma estrutura formalizada cuja origem é a sua entidade financiadora e por documentos de reflexão produzidos pelas equipas dos projectos. Estes documentos são de natureza diversa, já que se trata de documentos relativos ao acompanhamento interno do projecto, ao registo das dinâmicas desenvolvidas, à avaliação interna e à animação da formação. Trata-se de um processo iterativo e correlato da construção do objecto de avaliação e através do qual foi possível identificar dimensões a partir das quais se orienta o olhar avaliativo. É preciso realçar que estas dimensões não são imputáveis a um modelo de avaliação e passíveis de se replicarem noutros processos de avaliação, mas resultam do conhecimento que as equipas avaliadoras vão realizando acerca do projecto a partir da leitura reiterada dos seus documentos. A profunda articulação entre as dimensões relevadas e a natureza dos projectos explica porque é que nos projectos em causa as dimensões são diferentes. No caso do Projecto “Pró-Local – Formar Desenvolvendo” as dimensões de análise procuraram equacionar: i) a perspectiva de desenvolvimento endógeno subjacente à concepção e ao desenvolvimento do projecto, ii) o desenvolvimento local enquanto campo de práticas de educação de adultos.

Os projectos “Eu e os Outros” e “Crescer Cool”, tendo a prevenção primária da toxicod dependência como finalidade comum, partilham também uma mesma perspectiva de intervenção que transcende lógicas de acção individualizada e terapêutica para se pensarem como uma intervenção centrada nas relações que os indivíduos estabelecem entre si e com o território, concebendo-a como uma intervenção promotora de dinamização sócio-comunitária. É

neste sentido que a avaliação destes projectos privilegiou como dimensão de análise a articulação da intervenção com dinâmicas de animação comunitária.

Articulação entre estratégias de formação formal e não formal e desenvolvimento local realçada pela avaliação

A relação entre a intervenção sócio-educativa e o desenvolvimento local é assumida discursivamente pela entidade promotora e dinamizadora dos três projectos avaliados, na medida em que esta intencionalidade se inscreve na sua matriz de pensamento. O trabalho da avaliação consistiu em criar uma espécie de suspensão face a esta ideia programática da entidade promotora já que as avaliações, tal como as pensamos, de pouco préstimo são se obedecerem primordialmente a uma lógica verificacionista. É importante realçar que a avaliação se baseou na análise de documentos; no entanto o facto destes documentos serem de natureza muito diversa e produzidos por actores distintos e desempenhando papéis diferentes na dinamização dos projectos possibilitou que a equipa de avaliação tivesse acesso a pontos de vista heterogéneos, ainda que por vezes uníssonos, acerca da mesma realidade. Queremos com isto dizer que o trabalho de análise pode beneficiar da triangulação entre modos de olhar diferentes sobre uma mesma realidade e essa mesma realidade considerada de forma fragmentada ou equacionada a partir de pontos de vista diferentes.

Deste modo, o dispositivo de avaliação tornou-se mais capaz de evidenciar que a articulação entre a intervenção sócio-educativa e o desenvolvimento local é conseguida, nos projectos, através do investimento na criação e animação de redes de parcerias, na inscrição territorial da acção e na sua sustentabilidade e através de um trabalho que enfatiza a globalização da acção educativa.

a) Parcerias: entre a rede de parcerias e o trabalho com rede

A afirmação da articulação entre intervenção sócio-educativa e desenvolvimento local encontra no estabelecimento e dinamização de parcerias aquele que é, simultaneamente, um dos pontos fortes – no sentido do trabalho investido – e um dos pontos mais frágeis – do ponto de vista dos efeitos desse investimento. Todos os projectos aqui em questão assumem discursivamente a intenção de promover o estabelecimento de parcerias, legitimando argumentativamente a sua importância ao associar desenvolvimento integrado e desenvolvimento de um território, enquanto espaço físico, cultural e social, ou seja promovem o envolvimento de diversas instituições e de diversos actores sociais. Esta ideia corresponde a uma das dimensões da concepção de desenvolvimento integrado que associa a integração à relação que se estabelece entre diferentes instituições que partilham territórios, interesses e problemas comuns. Ora, se a aposta no estabelecimento de parcerias é uma linha de força dos discursos programáticos dos projectos, de facto alguns documentos dão conta de que os designados parceiros terão tido uma passagem efémera pelos projectos, tendo assumido neles funções distintas e especializadas (apoio logístico, legitimação política, representatividade sectorial). O que a avaliação realçou foi a existência de relações intermitentes mais do que propriamente a construção de uma ligação reticular que assegurasse a sua própria sustentabilidade e permitisse a inter-permutabilidade dos papéis dos elementos da rede, de modo a que a eventual fragilidade de um não significasse a desagregação da rede. Num dos projectos, perante algumas dificuldades em garantir e manter a adesão dos parceiros, a avaliação destacou, mesmo, a necessidade de reorientar a acção, isto é, de

alterar a estratégia de intervenção, que teria que passar, necessariamente, pelo questionamento do sentido da acção.

Concordando com a importância das parcerias, não individualmente consideradas, mas na sua estruturação em rede, um dos aspectos que queremos realçar reside no facto de os projectos de desenvolvimento local se constituírem como importantes contributos para a recriação das comunidades, necessitando para tal, de contribuir para o estabelecimento de redes de relações densas que são qualificantes tanto dos indivíduos como das comunidades. A consolidação de hábitos de trabalho em cooperação e de concertação inter-institucional pode ter uma grande importância na promoção de uma “cultura de desenvolvimento” (Melo, A, 1994) preocupada com a democraticidade e a deliberação enquanto referentes de legitimação da intervenção. Queremos assim salientar que o envolvimento num trabalho em parceria pode constituir-se numa relação mutualista na medida em que a comunidade se recria pelo enriquecimento mútuo que os parceiros promovem uns nos outros pelo facto de interagirem, de se interpelarem e de se reconhecerem na relação solidária.

O estabelecimento de parcerias deve ser objecto de uma constante vigilância que passa pela intensa negociação entre parceiros, activando a comunicação entre eles, promovendo a democracia participativa, sob pena de se passar do registo comunicacional da parceria para o registo meramente formal do partenariado.

b) Inscrição territorial e abordagem política integrada

Uma outra dimensão que os diferentes estudos de avaliação põem em destaque nos projectos avaliados é a que diz respeito à preocupação que lhes é inerente com a inscrição e sustentabilidade territorial das suas acções, referência que está inscrita na natureza e princípios afirmados pela entidade que os promove. A preocupação com a inscrição dos projectos num território para cuja definição contribuem revela-se, em primeira instância, ainda que ambigualmente, no modo como os projectos definem o “local” em que intervêm. Com efeito, esta definição é genericamente marcada pela caracterização e afirmação deste local a partir de um potencial inscrito no território e das dinâmicas relacionais, ainda que “adormecidas”, que aí se desenham e contra um olhar deficitário – reconhecendo recursos potencialmente mobilizáveis pela intervenção, afirmando-se contra uma visão essencialista e estigmatizadora, que associa estritamente a intervenção à existência e ocorrência de problemas sociais e pensando os projectos como dispositivos de construção dos seus próprios recursos – aproximando-se assim do olhar que caracteriza o desenvolvimento endógeno. Contudo, tal como a avaliação destacou, o olhar “pelo potencial” é palco de uma certa ambiguidade já que tanto a legitimidade dos projectos face às entidades financiadoras, como o modo como a intervenção por vezes se concretiza revelam uma lógica de “criar”/“pôr em relevo” problemas sobre os quais intervir, emergindo aí uma visão problemática e deficitária dos territórios e dos seus habitantes, construída, no caso de um dos projectos, por referência às suas características sócio-demográficas ou culturais (associadas à entropia do território e a uma visão desvalorizada da tradição) ou, no caso dos outros projectos avaliados, às relações estabelecidas entre indivíduos e instituições sociais, de que o exemplo mais significativo é a escola (a ruptura da relação entre jovens e escola é associada a um acréscimo das possibilidades de “desviância”). A ambiguidade assinalada não obsta a que se acentue que os projectos de intervenção se procuram definir por referência a uma identidade local, existente ou desejada, e por referência à valorização das suas constituintes sócio-culturais, entendidas como

pontos de ancoragem que permitirão a construção de sentido e de pertença por parte daqueles que os projectos envolvem, mesmo se esta referência se assume essencialmente como ponto de partida da negociação identitária dos territórios e seus intervenientes, enquanto envolvidos num processo de desenvolvimento local.

Neste sentido, nos projectos avaliados encontramos uma intervenção marcada pela intenção de (re)dinamização – que é também (re)criação – de relações comunitárias perdidas, frequentemente articulada com a animação de espaços sociais desvitalizados ou com a criação de novos espaços sociais de sociabilidade suscitados a partir de um trabalho de animação cuja preocupação central é a do desenvolvimento de relações de pertinência entre espaços sociais e seus dinamizadores para que se possam criar condições para a sustentabilidade das iniciativas e, concomitantemente, dos territórios em que se inscrevem. Esta lógica de intervenção, tal como a avaliação o apreendeu, integra características comumente associadas ao campo da animação sociocultural, nomeadamente, ao privilegiar iniciativas que assumem um carácter aberto – envolvendo protagonistas diferenciados na idade, sexo, qualificação escolar e estatuto social; protagonistas individuais e colectivos e com uma acção diferenciada ao nível dos territórios em que estão inseridos – protagonizadas de modo voluntário pelos sujeitos, com uma forte ênfase na promoção de relações de proximidade e afectividade e, essencialmente, ao fazer depender estrategicamente a intervenção da intencionalidade de criação de processos de participação. Mas se a participação emerge como componente da inscrição territorial da intervenção e da sua sustentabilidade, é igualmente importante relevar a sua articulação com uma outra dimensão destacada pela avaliação: a abordagem política integrada do desenvolvimento local. Queremos com isto significar, no prolongamento do que atrás salientámos a propósito da importância conferida às parcerias, que nos vários projectos avaliados nos encontramos perante uma abordagem multidimensional do território, das suas potencialidades e dos seus problemas. Esta multidimensionalidade convoca um olhar sistémico quer sobre o modo como se definem os problemas quer sobre o modo como se pensa a intervenção que subentende um envolvimento participativo de diversos protagonistas, singulares ou institucionais, e a potenciação das suas sinergias, dos seus conhecimentos e desconhecimentos das dinâmicas territoriais na construção da intervenção. Nos vários projectos avaliados encontramos-nos, portanto, perante o que designamos uma concepção política do território no sentido em que este, para além da sua realidade física, não pré-existe às relações que os actores estabelecem ou podem estabelecer entre si e em que, em consequência, a intervenção educativa toma como condição do seu sucesso a possibilidade de pôr em confronto uma pluralidade, mas essencialmente heterogeneidade, de olhares sobre o local e de interpelar as lógicas segmentadas de actuação para que o território se constitua numa arena pública de discussão política em torno do seu sentido e do seu projecto.

c) Globalização da acção educativa

O modo como se assume o desenvolvimento destes projectos, no terreno, aponta para iniciativas que tendem a valorizar estratégias que permitam a fusão entre educação, formação e processos de desenvolvimento local, ao enfatizarem a dimensão social da educação e a dimensão educativa da intervenção social. A valorização desta estratégia é indiciada, nestes projectos, pela forma como promovem a participação e o protagonismo dos actores locais concebendo-as como oportunidades de aprendizagem colectiva e da sua consciencialização enquanto agentes de

mudança. Esta ideia traduziu-se, num dos projectos, através do processo de constituição de uma associação onde os jovens desempenham um papel de co-protagonistas e de responsáveis na definição global dos projectos e, enquanto tal, de agência social no sentido da mudança pessoal, mas igualmente comunitária. Noutro dos projectos, o protagonismo dos jovens em acções de produção cultural articula-se claramente com uma transformação da sua relação com a produção cultural, considerada fundamental na transformação da sua relação com o tecido social em que estão inseridos. Realce-se que a implementação deste tipo de estratégias para envolver os diversos parceiros em lógicas de intervenção implicada e activa, nem sempre resulta da melhor forma, uma vez que, tal como aconteceu num outro projecto, corre-se o risco dessas intervenções se tornarem em visões estereotipadas e cristalizadas de um local do passado, de um não-território onde dificilmente se podem criar e/ou afirmar espaços cívicos comuns.

Os laços sociais e a construção de sentidos partilhados para um território, faz-se, também, por este tipo de intervenção se ela tiver como missão projectar o desenvolvimento do território, apelando a uma cultura de participação e ao direito ao exercício de cidadania. Assim, o protagonismo dos actores locais, numa intervenção que procure a fusão entre formação e desenvolvimento local enfatiza não só uma lógica de endogeneidade no que concerne aos recursos que mobiliza, como uma lógica participativa que procura equacionar os espaços dos quotidianos em territórios de exercício e afirmação de cidadanias plurais.

A presença, nos projectos, de um modo de definir os problemas e de equacionar a intervenção segundo uma lógica sistémica, partindo de distintos “pontos críticos” cuja interacção é realçada, faz ressaltar a intenção de a intervenção promover uma abordagem globalizada da acção educativa, onde a uma diversidade de actores potencialmente educativos e a diferentes níveis de formalização da acção educativa se acrescenta a recriação de uma relação com um território comunitário capaz de realçar as suas possibilidades educogénicas.

Esta globalização da acção educativa, no que diz respeito às acções desenvolvidas, traduz-se, assim, na superação da exclusividade do modo escolar enquanto intervenção educativa. Com efeito, as acções desenvolvidas, nos diversos projectos, articularam diferentes níveis de formalização da acção educativa e constituíram-se em oportunidades de participação e protagonismo e, enquanto tal, de construção de saberes, por parte dos seus diversos intervenientes, mobilizando, numa lógica de desenvolvimento endógeno, aqueles que são os recursos mais importantes de uma região: as pessoas. Salienta-se, também, o desenvolvimento de dispositivos de formação experiencial e em contexto de trabalho dos agentes educativos, e a potenciação dos espaços de encontro enquanto espaços de reflexão sobre as práticas.

Educação e dinâmicas de desenvolvimento local

As características dos modos de avaliar implementados na avaliação destes projectos, permitiram diluir algumas das características de controlo e de verificação que a avaliação externa frequentemente adopta. Deste modo, o trabalho de avaliação destes três projectos, permitiu destacar, nas intervenções previstas e realizadas, uma forte preocupação com uma articulação entre intervenção educativa e desenvolvimento local.

Esta articulação resulta do modo sistémico como se definem os problemas e a intervenção, assumindo os obstáculos como recursos estratégicos desta última. Esta perspectiva, resulta da defesa de um princípio que é definidor do modo de intervenção do ICE, e que assenta na defesa

de uma pedagogia do superavit por contraponto à do déficit, promovendo a construção de soluções alicerçadas nos recursos existentes. Esta visão contraria “uma representação espacial do social e que se inscrevem num processo de ‘naturalização’ de uma ideologia deficitária, de uma ideologia que tende a dissociar os dramas sociais e os sofrimentos sociais da problemática da desigualdade e da injustiça, para os encararem como uma expressão dos défices de qualificação dos seres sociais e dos espaços que eles habitam.” (Correia, 2005: 33).

Nestes projectos, a articulação entre intervenção educativa e desenvolvimento local não se faz através da sua adição linear, nem da mobilização de recursos humanos qualificados nem exclusivamente a partir do investimento numa maior qualificação das pessoas. Nos projectos aqui em consideração, a promoção do desenvolvimento local resulta, sobretudo, de uma articulação densa e intensa entre acções formativas, dinamização de associações locais, estabelecimento e dinamização de parcerias sólidas, da qualificação de recursos humanos e da mobilização emancipatória das pessoas do local e dos saberes que elas sabem.

Referências bibliográficas

- Canário, R. (1999). Educação de Adultos. Um campo e uma problemática. Lisboa: Educa.
- Caramelo, J. (2004). Relatório de Avaliação Externa dos Projectos “Eu e os Outros” e “Crescer Cool” Relatório produzido a pedido do ICE – Instituto das Comunidades Educativas, 22 p.
- Correia, J. A. & Caramelo, J. (1998). Linhas gerais para uma reflexão em torno da problemática das relações entre educação e desenvolvimento local. Documento Policopiado.
- Correia, J. A. (2005). Políticas e lógicas da territorialização. Contributos para a produção emancipatória do local. Fénix. Revista pernambucana de educação popular e de educação de adultos, Ano 4 – nº 5 – Janeiro/Junho de 2005, pp. 33-42.
- D’Espiney, R. (2004). Perspectivas de uma intervenção em meio rural – estratégias, intencionalidades e pressupostos. In, J. A. Correia & R. D’Espiney (org.). Inovação, Cidadania e Desenvolvimento Local Setúbal: Cadernos ICE, Instituto das Comunidades Educativas, pp. 59-83.
- Melo, A. (1994). Educação e Formação para o desenvolvimento rural. In: I. LIMA, (org). (1994). Educação de Adultos. Braga: Universidade do Minho, 137-149.
- Terrasêca, M. & Costa, A. S. (2005). Estudo de Avaliação Externa relativo ao Projecto “Pró-Local – Formar Desenvolvendo”. Relatório produzido a pedido do ICE – Instituto das Comunidades Educativas, 32p.